



JUVENTUDES NEGRAS E PERIFÉRICAS POR DIREITOS, TRABALHO DIGNO, CUIDADO E BEM VIVER

Eleições 2026

Agenda de compromissos construída pelas jovens negras ativistas, com apoio da Rede Multiatores Mude com Elas, para candidaturas e mandatos aos Poderes Executivo e Legislativo nas eleições de 2026.

Parcerias:



Cofinanciador:



Comunicação:



O que vivemos e denunciemos

Nós, jovens negras, periféricas, trabalhadoras, estudantes, mães, cuidadoras e ativistas, em articulação com diferentes organizações, apresentamos esta agenda porque nossas experiências constituem um diagnóstico vivo do Brasil.

Vivemos em territórios onde o desemprego, a informalidade, as jornadas exaustivas, o racismo em suas diferentes dimensões, o sexismo, o assédio, a sobrecarga de cuidados e a falta de oportunidades ainda impedem que muitos direitos saiam do papel e façam parte da vida das juventudes, especialmente das jovens mulheres negras.

Essas desigualdades não aparecem de forma isolada. Estão presentes nas condições de trabalho, na aprendizagem profissional sem proteção, apoio e qualificação adequada, nas violências que não encontram resposta, na responsabilidade pelo cuidado que recai principalmente sobre meninas, jovens e mulheres negras, no sofrimento mental produzido pela precarização da vida que atingem de forma desigual os territórios periféricos.

Leis e políticas existem, mas muitas vezes não são cumpridas ou não chegam aos territórios. Jovens aprendizes ainda podem ser tratados como mão de obra barata ou apenas como forma de cumprimento de cotas, enquanto o racismo, o sexismo, a aporofobia, o assédio moral e sexual, a LGBTfobia, o capacitismo e outras violências são silenciados nos ambientes de trabalho. Muitas jovens não sabem onde denunciar e, quando denunciam, nem sempre encontram acolhimento, proteção, resposta ou reparação.

Jovens mães e cuidadoras enfrentam barreiras para estudar, ingressar e permanecer no mercado de trabalho, cuidar da própria saúde e participar da vida política. A sobrecarga de responsabilidades produz desigualdades que atravessam suas trajetórias profissionais e interrompem projetos de vida.

O racismo, a violência, as jornadas exaustivas, o desemprego, a precarização do trabalho e a sobrecarga de cuidados também produzem sofrimento e adoecimento mental. Esse sofrimento não pode ser compreendido como um problema individual: ele também é produzido pelas condições sociais, econômicas e políticas em que as juventudes vivem e trabalham.

Nossas trajetórias mostram que trabalho, cuidado, saúde, raça, gênero, geração e território precisam ser enfrentados de maneira articulada pelas políticas públicas.

As eleições de 2026 representam uma oportunidade para transformar essas experiências em prioridades políticas. Não queremos promessas genéricas nem uma participação restrita ao período eleitoral. Queremos compromissos públicos, orçamento, metas, prazos, execução, participação social, transparência e prestação de contas.

Por meio da atuação conjunta das juventudes e da Rede Multiatores MUDE com Elas, apresentamos quatro agendas para que candidaturas e mandatos aos Poderes Executivo e Legislativo assumam responsabilidades concretas com as juventudes.

O MUDE com Elas é uma iniciativa de mobilização, formação e incidência política construída com juventudes, especialmente meninas e jovens mulheres negras e periféricas, para fortalecer sua participação na construção de soluções para o mundo do trabalho e para as demais dimensões que atravessam suas vidas.

O projeto parte do princípio de que as juventudes não são apenas destinatárias de políticas públicas: são sujeitas políticas, produtoras de conhecimento e protagonistas das transformações de que seus territórios e o país precisam.

Como parte dessa iniciativa, a Rede Multiatores MUDE com Elas reúne juventudes, organizações da sociedade civil, representantes do poder público, pesquisadores/as de universidades e diferentes atores comprometidos com a promoção do trabalho digno, da equidade racial e de gênero e dos direitos das juventudes.

A Rede funciona como espaço de articulação, diálogo e construção coletiva, conectando as experiências vividas pelas jovens à formulação de propostas, compromissos públicos e estratégias de incidência política.

Esta agenda é resultado desse processo coletivo de escuta, diálogo e construção política. Nele, as juventudes apresentaram suas vivências, demandas e propostas, enquanto a Rede Multiatores MUDE com Elas contribuiu para sistematizá-las e transformá-las em compromissos públicos.

Quatro agendas para transformar vivências em políticas públicas

1. Aprendizagem profissional com direitos e perspectiva de futuro

A aprendizagem profissional deve ser uma porta de entrada protegida para o mundo do trabalho, com formação de qualidade, acompanhamento, equidade racial e salarial e possibilidade real de desenvolvimento.

Não pode ser utilizada para reduzir custos, substituir trabalhadoras e trabalhadores adultos ou submeter jovens a atividades incompatíveis com sua formação. Para isso, defendemos:

- ampliar as oportunidades de aprendizagem, com prioridade para jovens negras, periféricas, mães, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e em situação de vulnerabilidade;
- fortalecer a fiscalização das cotas e da qualidade dos contratos e programas de aprendizagem;
- combater desvio de função, horas extras irregulares, assédio, discriminação e utilização de aprendizes como mão de obra barata;
- responsabilizar empresas e instituições formadoras pelas condições de formação e trabalho;
- assegurar informação sobre direitos, orientação independente e acompanhamento desde o início do contrato;

- garantir compatibilidade entre trabalho, escola, formação profissional e responsabilidades de cuidado;
- criar estratégias de permanência e transição para oportunidades de trabalho digno após o contrato;
- fomentar o Programa Jovem Aprendiz em escolas e demais instituições que tenham a juventude como grupo atendido;
- produzir e divulgar dados desagregados por raça, gênero, idade, território, deficiência e maternidade;
- incorporar a prevenção dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho, considerando a NR-1 e as especificidades das jovens aprendizes;
- desenvolver ações de prevenção e cuidado para situações de sofrimento mental associado ao trabalho.

2. Canais de denúncia acessíveis, independentes e efetivos

Denunciar uma violência não pode significar enfrentar abandono, silêncio ou retaliação.

O poder público deve garantir canais conhecidos, acessíveis e independentes das instituições denunciadas, capazes de acolher, proteger, apurar, encaminhar e oferecer retorno às juventudes.

Para isso, defendemos:

- criar e fortalecer canais públicos e independentes de denúncia;
- apoiar e aperfeiçoar o PL no 1.070/2025, no Estado de São Paulo, fortalecendo mecanismos de denúncia, proteção contra retaliações e encaminhamento aos órgãos responsáveis;
- garantir atendimento presencial e digital, gratuito, acessível e em linguagem adequada às juventudes;
- oferecer escuta qualificada, orientação jurídica e psicossocial, proteção contra retaliações e retorno à pessoa denunciante;
- estabelecer protocolos específicos para racismo, sexismo, LGBTfobia, capacitismo, assédio moral, assédio sexual e violações dos direitos de aprendizes;
- promover campanhas permanentes sobre direitos e canais de denúncia em escolas, entidades formadoras, empresas e territórios;
- criar um comitê interministerial permanente para qualificar os canais de denúncia de assédio e discriminação no ambiente de trabalho, articular ações preventivas e intersetoriais e ampliar a capacidade de resposta adequada às denúncias;
- produzir pesquisas e estudos para compreender o volume e as características dessas violências, com recortes de gênero, raça, faixa etária e território;
- integrar os órgãos e políticas de trabalho, direitos humanos, igualdade racial, juventude, mulheres, saúde, educação e assistência social;
- produzir dados públicos sobre as violações, a partir de instrumentos de coleta qualificados, preservando o sigilo e a segurança das pessoas denunciantes.

3. Política de cuidados com prioridade para mulheres negras e jovens

Cuidar é um trabalho indispensável à vida, mas essa responsabilidade é distribuída de forma profundamente desigual.

Meninas, jovens e mulheres negras acumulam trabalho remunerado, estudo, maternidade, tarefas domésticas e cuidado de crianças, pessoas idosas, pessoas doentes ou com deficiência. Sem serviços públicos e redes de apoio, muitas são obrigadas a abandonar oportunidades e têm seus projetos de vida interrompidos.

A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei no 15.069/2024, reconhece o cuidado como direito e estabelece a responsabilidade do Estado em sua implementação, de forma transversal e intersetorial. O PL no 2.340/2026 propõe especificar mulheres negras e jovens como públicos prioritários da Política Nacional de Cuidados.

Sua implementação precisa se traduzir em orçamento, serviços, metas, participação social e presença efetiva nos territórios. Para isso, defendemos:

- apoiar, priorizar e atuar pela aprovação do PL no 2.340/2026;
- implementar e territorializar a Política e o Plano Nacional de Cuidados, com orçamento, metas, prazos e mecanismos públicos de acompanhamento;
- garantir prioridade para jovens e mulheres negras na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de cuidado;
- ampliar creches, educação em tempo integral, cuidotecas e serviços territoriais de cuidado, especialmente nas periferias e territórios vulnerabilizados;
- garantir condições para que cuidar não signifique ter que abandonar a escola, o trabalho, a participação política ou o próprio projeto de vida;
- reconhecer, redistribuir e valorizar o trabalho remunerado e não remunerado de cuidado;
- assegurar direitos, formação, proteção social e condições dignas às trabalhadoras remuneradas do cuidado;
- territorializar os serviços de cuidado, considerando periferias, comunidades tradicionais e demais territórios vulnerabilizados;
- articular políticas de cuidado, saúde, educação, assistência social, trabalho e renda, mobilidade e habitação;
- garantir participação direta das jovens negras na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas de cuidado.

4. Saúde mental como direito das juventudes

O sofrimento mental das juventudes não pode ser tratado como problema individual.

Racismo, sexismo, assédio, violência, desemprego, jornadas exaustivas, insegurança alimentar, sobrecarga de cuidados, precarização do trabalho e falta de perspectivas afetam a saúde e os projetos de vida das juventudes.

Defendemos uma política de cuidado contínua, pública, territorializada e antimanicomial. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Rede de Atenção Psicossocial devem ser fortalecidos como eixo da política pública de saúde mental, com financiamento adequado e articulação territorial. Da mesma forma, a implementação efetiva da NR-1 deve contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e livres de racismo, assédio, violência e outras formas de adoecimento, com atenção especial às jovens negras e jovens aprendizes. Para isso, defendemos:

- assumir o compromisso com a efetiva implementação da NR-1 e com a prevenção dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho, garantindo políticas de fiscalização, orientação e proteção às jovens negras e jovens aprendizes, e enfrentando situações de racismo, assédio, violência, precarização, sobrecarga e outras condições que impactam sua saúde mental;
- ampliar o acesso gratuito das juventudes à saúde mental no SUS, com serviços territorializados e culturalmente adequados;
- atuar pela ampliação dos recursos destinados aos CAPS e à Rede de Atenção Psicossocial de base territorial;
- fortalecer a articulação da Rede de Atenção Psicossocial com escolas, assistência social, Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), políticas de trabalho e espaços comunitários;
- garantir acolhimento sem racismo, LGBTfobia, capacitismo, estigmatização ou criminalização;
- enfrentar as barreiras que impedem o acesso preventivo e contínuo das juventudes negras e periféricas à saúde física e mental, e não apenas o atendimento em situações de crise;
- desenvolver ações de prevenção e cuidado relacionadas ao racismo, às violências, ao assédio, à precarização do trabalho e à sobrecarga de cuidados;
- desenvolver ações de prevenção e cuidado diante de situações de sofrimento mental associado ao trabalho, inclusive entre jovens aprendizes;
- assegurar apoio psicossocial às jovens aprendizes, trabalhadoras, mães, cuidadoras e vítimas de violência;
- formar profissionais para atender às especificidades das juventudes negras, periféricas, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+;
- promover campanhas de informação que enfrentem o estigma e divulguem os serviços disponíveis;
- produzir e publicar dados sobre saúde mental desagregados por raça, gênero, idade e território.

Compromissos que exigimos das candidaturas ao Poder Executivo

As candidaturas ao Poder Executivo que aderirem a esta agenda devem assumir o compromisso de:

- incorporar as quatro agendas ao programa de governo, com metas para os primeiros 100 dias e para os quatro anos de gestão;
- estabelecer indicadores e mecanismos públicos de acompanhamento para os compromissos assumidos, deixando claro o que será criado, ampliado, territorializado, financiado ou implementado;
- prever recursos orçamentários para aprendizagem profissional, canais de denúncia, políticas de cuidado, saúde mental e trabalho digno;
- implementar e territorializar a Política e o Plano Nacional de Cuidados, em consonância com a Lei no 15.069/2024 e com as medidas previstas no PL no 2.340/2026;
- atuar pela ampliação dos recursos destinados aos CAPS e à Rede de Atenção Psicossocial de base territorial;
- fortalecer a inspeção do trabalho e a fiscalização dos contratos e programas de aprendizagem;
- criar ou fortalecer canais públicos, independentes, acessíveis e integrados de denúncia;
- estabelecer mecanismos permanentes de articulação interministerial e intersetorial para prevenção e enfrentamento das violências no ambiente de trabalho;
- produzir pesquisas e dados sobre assédio, discriminação e outras violências no trabalho, com recortes de raça, gênero, faixa etária e território;
- ampliar e territorializar os serviços públicos de cuidado e a rede de atenção psicossocial, com metas de cobertura, recursos e acompanhamento dos resultados;
- integrar as políticas de trabalho, juventude, mulheres, igualdade racial, saúde, educação, assistência social, meio ambiente e direitos humanos;
- criar espaços permanentes de participação efetiva das juventudes, garantindo a presença e o protagonismo de jovens negras e periféricas;
- produzir e publicar dados, metas, orçamento e resultados em linguagem acessível;
- realizar prestação de contas dos primeiros 100 dias e, posteriormente, de forma periódica, sobre a execução dos compromissos assumidos.

Compromissos que exigimos dos mandatos e candidaturas ao Poder Legislativo

As candidaturas e os mandatos ao Poder Legislativo que aderirem a esta agenda devem assumir o compromisso de:

- apoiar, priorizar e atuar pela aprovação do PL no 2.340/2026, preservando a prioridade de mulheres negras e jovens na Política Nacional de Cuidados;
- apoiar e aperfeiçoar iniciativas legislativas que fortaleçam canais públicos e independentes de denúncia, incluindo o PL no 1.070/2025, em São Paulo;
- defender e aperfeiçoar a legislação da aprendizagem profissional, impedindo retrocessos e ampliando a proteção das jovens;
- atuar pela ampliação dos recursos destinados às políticas de saúde mental, com prioridade para os CAPS e para a Rede de Atenção Psicossocial de base territorial;
- atuar, no âmbito legislativo, pela promoção de políticas de trabalho digno, igualdade racial e proteção das juventudes;
- atuar pela inclusão e ampliação de recursos destinados às quatro agendas nas leis orçamentárias;
- fiscalizar a implementação das políticas pelo Poder Executivo e cobrar providências diante de omissões;
- realizar audiências públicas e processos legislativos com participação direta das juventudes e das organizações dos territórios;
- acompanhar indicadores, execução orçamentária e resultados das políticas relacionadas às quatro agendas;
- publicar prestações de contas periódicas sobre os compromissos assumidos;
- enfrentar propostas que ampliem a precarização do trabalho ou invisibilizem desigualdades de raça, gênero, território e geração;
- utilizar os instrumentos de fiscalização, participação e controle disponíveis ao Poder Legislativo para acompanhar a execução das políticas e dos compromissos assumidos.

A adesão a esta agenda não se limita à apresentação de novos projetos de lei. Ela implica compromisso com orçamento, fiscalização, acompanhamento da implementação, participação social e enfrentamento de retrocessos.

Nosso compromisso é com uma democracia que nos escute

Não queremos ser lembradas apenas como eleitoras.

Somos sujeitas políticas, produtoras de conhecimento e construtoras de soluções. Queremos participar da formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas que afetam nossas vidas.

Esta agenda não nasce de uma única voz ou organização. Ela foi construída coletivamente pelas juventudes e pela Rede Multiatores Mude com Elas, reunindo experiências dos territórios, conhecimentos produzidos pelas organizações da sociedade civil e propostas de incidência política.

Essa construção compartilhada fortalece o protagonismo juvenil e expressa o compromisso da Rede com respostas articuladas às desigualdades de raça, gênero, geração e território.

Convidamos candidaturas, mandatos, ministérios, secretarias, organizações, movimentos e coletivos comprometidos com as juventudes a apoiar a agenda da Rede Multiatores MUDE com Elas.

A adesão deve significar responsabilidade pública: incorporar as propostas ao programa de governo ou mandato, estabelecer mecanismos de acompanhamento, dialogar permanentemente com as juventudes e com a Rede Multiatores MUDE com Elas e prestar contas das medidas adotadas.

Não queremos apenas compromissos assinados. Queremos acompanhar sua execução, participar das decisões, disputar prioridades orçamentárias e construir mecanismos permanentes de diálogo e controle social.

Levamos às urnas nossas vozes, experiências e propostas.

O futuro não pode ser decidido sem nós!

Referências e acervo do MUDE com Elas

Esta agenda é parte de um processo mais amplo de produção de conhecimento, formação e incidência política. Para aprofundar as propostas e acompanhar sua implementação, reunimos abaixo documentos públicos e materiais produzidos pelo MUDE com Elas e pela Rede Multiatores.

Legislação e documentos públicos

- Lei no 15.069, de 23 de dezembro de 2024 — Política Nacional de Cuidados;
- Plano Nacional de Cuidados;
- Projeto de Lei no 2.340/2026 — altera a Lei no 15.069/2024 para especificar mulheres negras e jovens como públicos prioritários;
- Projeto de Lei no 1.070/2025, do Estado de São Paulo;
- dados e boletins públicos sobre Aprendizagem Profissional;
- Painel de Informações sobre Aprendizagem.

Produção do Mude com Elas e da Rede Multiatores

- documentos, pesquisas e publicações produzidos pelo Mude com Elas;
- relatorias e contribuições das juventudes;
- materiais produzidos pelas organizações que integram a Rede Multiatores Mude com Elas;
- estudos, diagnósticos e demais documentos que fundamentaram a construção desta agenda.

Acesse o formulário de adesão



tinyurl.com/AdesaoManifestoMUDE26



tinyurl.com/MUDEcomElas



@mudecomelas



company/mude-com-elas